

## Representantes dos três segmentos cobram itens importantes durante reunião do CO

Na reunião do Conselho Universitário (CO) de 27/2/2014, estavam em pauta itens importantes para os três segmentos, o que gerou vários questionamentos e cobranças por parte dos representantes.

No caso dos servidores, o Adicional de Periculosidade foi um dos mais cobrados. O conselheiro José Aparecido Castelli, membro do Chapão, cobrou da reitoria providências quanto à aplicação da nova lei de periculosidade para vigias, eletricitistas e profissionais que manipulam materiais radioativos e explosivos. Mais uma vez, repetindo o que havia sido dito na reunião com o Sintunesp, no dia anterior, o pró-reitor de Administração, Carlos Antonio Gamero, afirmou que já estão sendo tomadas as providências para que os celetistas que tenham direito passem a receber a periculosidade, inclusive de forma retroativa. No entanto, a Universidade entende que não é possível estender o benefício aos autárquicos. A vice-reitora no exercício do cargo, professora Marilza Vieira Cunha Rudge, chegou a sugerir que isso seja solicitado por meio da justiça. Gamero também voltou a solicitar a colaboração do Sintunesp no sentido de encontrar “formas legais” de viabilizar o pagamento aos autárquicos.

Os membros do Chapão também cobraram da reitora explicação para a não aplicação do reajuste de 3,415% aos docentes, conforme havia sido aprovado pelo próprio CO. A professora Marilza disse que o índice será concedido apenas aos docentes titulares, como já ocorreu na USP e na Unicamp, e que isso se dará por decisão administrativa da reitoria da Unesp, sem necessidade de nova discussão no CO. O diretor do Sintunesp, Alberto de Souza, cobrou o mesmo tratamento a todos os docentes e servidores. Também cobrou a necessidade de retomada das reuniões entre reitoria e Sintunesp, para discutir a isonomia salarial entre os servidores técnico-administrativos das três universidades, da forma como acontece entre os docentes. Por fim, o diretor do Sintunesp cobrou que as deliberações dos órgãos colegiados e da administração central sejam amplamente divulgadas entre a comunidade unespiana.

### “Graduação inovadora” e outros

Em sua palavra aos membros do CO, a professora Marilza deu alguns informes. Ela ressaltou que 2014 será “o ano da graduação inovadora”, iniciativa que já começa a gerar questionamento na comunidade acadêmica. O programa, conforme divulgado em documentos oficiais da Pró-Reitoria de Graduação, tem o objetivo de capacitar os docentes em “metodologias e tecnologias educacionais, visando que os participantes adquiram melhores condições para planejar, executar e avaliar atividades de aprendizagem semipresencial”, ou seja, à distância.

A vice-reitora no exercício do cargo também destacou a implantação da Comissão da Verdade (CV) da Unesp, com representantes dos três segmentos. Tal qual as demais CVs universitárias, ela exercerá o papel de revelar a verdade e fazer justiça aos membros dos três segmentos de sua comunidade acadêmica que sofreram perseguições da ditadura. O resultado final será a redação de um Relatório Geral da Unesp, a ser encaminhado para o Relatório Final da CNV, na forma de anexo, e que comporá o importantíssimo acervo criado para este fim no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, a partir de dezembro de 2014.

O pró-reitor de Administração, professor Gamero, informou que foi publicada, pela reitoria, a revisão do Esunesp.

### Avaliação docente

Representantes docentes cobraram a quebra de palavra da reitoria em relação ao pagamento do índice de 3,415% e, também, teceram críticas à forma como vem sendo conduzida a avaliação docente. Eles reivindicam uma forma de avaliação que contemple as resoluções dos Fóruns das Grandes Áreas, que tenha um caráter diagnóstico e não seja exclusivamente punitiva.

## **Representação discente**

Uma representante dos estudantes fez uma consideração sobre o programa de cotas, destacando que não bastava discutir apenas o desempenho dos cotistas no vestibular, mas que é preciso debater o assunto em profundidade.

Outra estudante explicou que o DCE da Unesp foi dissolvido em 2010, porque entendiam que não era mais representativo do segmento. Ela relatou as iniciativas dos estudantes para legalizar o novo DCE e, com isso, regularizar a participação do segmento nos órgãos colegiados, mas disse que estavam encontrando dificuldades impostas principalmente pela reitoria. Ela criticou a falta da paridade nos órgãos colegiados (70% docentes + 15% servidores + 15% estudantes) e questionou se as unidades estão debatendo o assunto, conforme proposto no início de 2013.

Ainda sobre o DCE, as estudantes entendem que o estatuto/regimento do órgão deve ser discutido entre eles e não pela reitoria. Em contrapartida, a reitora disse que a legalização deverá sair até o mês de abril, “pois esse é o desejo de todos”.

Os alunos também fizeram duras críticas à diminuição nas bolsas, dizendo que é impossível continuar desenvolvendo seus trabalhos com tantos cortes.